



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

REQUERIMENTO Nº DE 2015

(Do Sr. Glauber Braga)

Requer que seja realizada Audiência Pública para o Lançamento do Relatório "Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelênci que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para o lançamento do Relatório "Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca.

Para realização das Audiências Públicas sugerimos os seguintes convidados deixando em aberto para outras indicações:

Magaly Medeiros – Presidente do Instituto de Mudança Climática e Regulação dos Serviços Ambientais (IMC)

Izabella Mônica Vieira Teixeira - Ministra de Estado do Meio Ambiente
- (ou Carlos Augusto Klink, Secretária de Mudança Climática e Qualidade Ambiental

Cristiane Faustino - ex-Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente -

Dercy Telles Cunha – Presidenta do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri – Acre

Lindomar Padilha – Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Representante da Embaixada da Alemanha

Justificação

Nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2013, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca, realizou uma Missão de Investigação e Incidência no estado do Acre sobre a problemática da economia verde e seus efeitos políticos e territoriais.

O Acre é considerado uma referência mundial na implementação de políticas vinculadas ao clima. A chamada economia verde no Estado é vista nos meios oficiais como uma experiência que harmoniza crescimento econômico e conservação ambiental, e é onde existe, desde 2010, o que é considerado como o programa jurisdicional do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), mais avançado do mundo: o Programa ISA-Carbono inserido no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa).

No entanto, ao visitar projetos de Manejo Florestal, territórios indígenas e dois projetos privados de REDD em processo de registro no SISA e ouvir as denúncias dos comunitários, seringueiros e indígenas vinculados aos projetos de economia verde, a Missão realizada pela Relatoria de Meio Ambiente constatou uma outra realidade, marcada por impactos sociopolíticos, econômicos e ambientais negativos, em especial sobre os territórios e as populações tradicionais. Dentre outras, foram constatadas violações do direito à terra e ao território e violações dos direitos das populações em territórios conquistados. Além disso, a falta de participação de organizações críticas ao SISA no processo da sua construção e a criminalização destes coletivos também foram denunciadas.

É da nossa avaliação que esta audiência seria crucial para disseminar as problemáticas existentes no Acre relacionadas à economia verde e em decorrência de algumas questões políticas e contextuais que reforçam a importância de promover um debate sobre a lógica do Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) e projetos de REDD ainda este ano.

Este ano é um ano importante para a questão climática. Os países membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC em inglês) estão em processo de negociação de um novo acordo global do clima para o período pós-2020. A expectativa é que ele seja adotado em dezembro deste ano na cidade de Paris durante a 21a Conferencia das Partes (COP-21) da CQNUMC. Um dos temas a serem abordados é o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

Existe um avanço no que diz respeito ao PL-00792/2007 que Dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências.

O SISA conta com o financiamento do governo da Alemanha, através principalmente da KfW. Este financiamento está sendo questionado, na Alemanha, por parte de organizações daquele país, a partir do Relatório em questão. Uma das questões, por exemplo, se refere ao fato do governo da Alemanha estar apoiando uma iniciativa estadual, sem a devida regulamentação federal.

Isso posto submetemos respeitosamente o presente Requerimento à apreciação dos nobres Parlamentares.

Sala das Comissões, em

de setembro de 2015.

Deputado **Glauber Braga**